



aprova  
concursos

# TCE-GO

Cargo - Analista de Controle Externo

Tribunal de Contas  
do Estado de Goiás

Editais **verticalizados**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### (Para todos os cargos de Analista de Controle Externo - todas as Especialidades)

#### Língua Portuguesa

Domínio da ortografia oficial.

Emprego da acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Flexão nominal e verbal.

Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.

Domínio dos mecanismos de coesão textual.

Emprego de tempos e modos verbais.

Vozes do verbo.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal. Morfossintaxe.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

Figuras de linguagem.

Discurso direto, indireto e indireto livre.

Adequação da linguagem ao tipo de documento.

#### Noções de Direito Constitucional

Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil.

Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;

Direitos Sociais;

Nacionalidade;

Direitos Políticos.

Organização do Estado: Da União;

Dos Estados Federados; Dos Municípios;

Da Administração Pública;  
Dos Servidores Públicos.  
Organização dos Poderes: Poder Legislativo,  
Poder Executivo,  
Poder Judiciário.  
Da Tributação e do Orçamento: Das Finanças Públicas.  
Da Ordem Econômica e Financeira:  
Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica.  
Constituição do Estado de Goiás.

## Noções de Direito Administrativo

Princípios da Administração Pública.  
Controle da administração pública: controle administrativo; controle legislativo e controle judiciário.  
Bens públicos: classificação; administração; utilização; proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.  
Agentes públicos. Conceito e classificação. Regime jurídico constitucional. Regime previdenciário.  
Responsabilidade administrativa, civil e criminal. Remuneração, direitos e vantagens.  
Agentes administrativos: investidura; exercício; direitos e deveres dos servidores públicos; regimes jurídicos.  
Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades.  
Poderes da administração: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; o poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade.  
Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação; servidão administrativa; requisição; ocupação provisória; limitação administrativa.  
Responsabilidade civil da administração: reparação do dano;  
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com alterações).  
Serviços públicos: conceito; classificação; regulamentação; formas; competência de prestação; concessão; permissão e autorização dos serviços públicos.  
Organização administrativa: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desapropriação: bens suscetíveis de desapropriação; competência; indenização; caducidade; imissão na posse do imóvel desapropriado.

Transparência e acesso à informação no Poder Público. Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011).

Proteção de dados pessoais na Administração Pública. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Organizações Sociais (Lei nº 9.637/1998).

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº 9.790/1999 com alterações).

Parcerias com Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014 com alterações)

Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004 com alterações).

Estatuto Jurídico das Estatais (Lei nº 13.303/2016).

Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021).

Pregão (Lei nº 10.520/2002).

## **Noções de Direito Financeiro**

Direito Financeiro na Constituição Federal.

Direito Financeiro e suas relações com outros ramos do Direito. Federalismo Fiscal e repartição de receitas na Constituição Federal. Guerra Fiscal.

Das finanças públicas. Normas Gerais.

Dos orçamentos. Orçamento na Constituição Federal.

Princípios orçamentários.

Lei Orçamentária Anual.

Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Plano Plurianual. Tramitação orçamentária. Orçamento impositivo e autorizativo.

Normas gerais de Direito Financeiro (Lei federal nº 4.320/1964).

Receitas públicas. Conceito. Classificação. Vinculação e desvinculação de receitas.

Despesas públicas. Conceito. Classificação.

Fiscalização financeira e orçamentária.

Tribunal de Contas.

Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e espécies. Limites do crédito público.

Responsabilidade fiscal. Lei Complementar federal nº 101/2000.

Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Lei Complementar federal nº 159/2017.

Normatização para endividamento dos entes subnacionais: Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e alterações.

## **Noções de Contabilidade Pública**

Conceito. Campo de aplicação.

Regime orçamentário e contábil (patrimonial).

Elementos das demonstrações contábeis.

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: aspectos gerais e estrutura.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 4.320/1964

## **Noções de Legislação Específica do Estado de Goiás**

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Lei Estadual nº 16.168, de 11/12/2007 (com alterações posteriores).

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Resolução nº 22, de 04/09/2008 (com alterações posteriores).

Lei Estadual nº 20.756, de 28/01/2020 (com alterações posteriores).

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais.

Lei Estadual nº 13.800, de 18/01/2001 (com alterações posteriores).

Lei nº 13.709, de 14/8/2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I e II

### ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CONTROLE EXTERNO

#### Orçamento Público

Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Princípios orçamentários. Características e elementos do orçamento tradicional, orçamento base-zero,

orçamento de desempenho,

orçamento-programa e orçamento por resultados.

Receita pública e despesa pública. Receita orçamentária: conceito, classificações, etapas, registro contábil e procedimentos contábeis.

Despesa orçamentária: conceito, créditos orçamentários iniciais e adicionais, classificações, etapas, registro contábil e procedimentos contábeis. Restos a Pagar.

Despesas de exercícios anteriores.

Suprimento de fundos. Fonte ou destinação de recursos.

Registros contábeis referentes a transações sem efetivo fluxo de caixa.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Parte I – Procedimentos contábeis orçamentários.

Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição. Controle interno e externo na administração pública.

Constituição Federal de 1988.

Lei nº 4.320/1964.

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 10.520/2002.

Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021.

#### Contabilidade Geral

Normas Brasileiras de Contabilidade (aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC).

Lei nº 6.404/1976 e alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007.

Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Estrutura Conceitual: Conceito e objetivos, usuários e suas necessidades de informação, os ramos aplicados da Contabilidade.

Patrimônio e Variações patrimoniais: conceituação de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo, representação gráfica, equação básica da contabilidade, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.

Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras), método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos, elementos essenciais do lançamento contábil, regime de competência, balancete de verificação, livros utilizados na escrituração.

Avaliação de Ativos e Passivos. Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstração do Valor Adicionado.

Notas explicativas.

## Contabilidade de Custos

Nomenclaturas de custos: gasto, custo, despesa, investimentos, desembolso e perda.

Classificação dos custos: fixos e variáveis, diretos e indiretos, operacionais e estruturais.

Classificação das despesas: fixas e variáveis, diretas e indiretas, operacionais e estruturais.

Custos dos materiais diretos. Custos da mão de obra direta.

Apropriação dos custos e despesas indiretos.

Métodos de custeio: variável, direto, absorção e pleno. Custeio Baseado em Atividades – ABC.

Relações custo-volume-lucro. Custos e decisões. Custos para planejamento e controle.

Custo-padrão: conceitos, finalidade e utilidade, definição de padrões, análise das variações de materiais e mão de obra, análise das variações de custos indiretos e contabilização.

## Contabilidade Pública

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP: NBC TSP Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 a NBC TSP 28.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexo – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Procedimentos Contábeis Patrimoniais;

Procedimentos Contábeis Orçamentários; Procedimentos Contábeis Específicos; Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 4.320/1964.

## Controle Externo

Sistemas de controle externo. Controle externo no Brasil.

Regras constitucionais sobre o controle externo.

Tribunais de Contas: Natureza jurídica, competência, jurisdição, composição, deliberações e eficácia das decisões.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás: Competência e jurisdição. Organização.

Funções dos Tribunais de Contas na Lei Complementar 101/2000, na Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021, na Lei 9.504/1997 e na Lei 9.717/1998.

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Lei Estadual nº 16.168, de 11/12/2007 (com alterações posteriores).

Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos Tribunais de Contas. Súmulas 347 e 653. Temas 47, 157, 445, 642, 652, 768, 835 e 899. Constituição Federal.

Constituição do Estado de Goiás.

## Técnicas de Auditoria

Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (artigos 71 a 74 da Constituição Federal).

Normas vigentes de auditoria emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade: Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.

Normas Profissionais do Auditor Independente. NBC TA 200-Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.



Documentos de Auditoria (Papéis de Trabalho).

Preparação e Planejamento da Auditoria. Amostragem. Identificação e Avaliação de Riscos.

Evidências de Auditoria. Fraudes e Erros. Procedimentos de Auditoria.

Utilização de Trabalho de Auditoria Interna e de Especialistas.

Formação da Opinião e Emissão do Relatório. Modificação na Opinião do Auditor Independente. NBC TI 01-Da Auditoria Interna.

## **Licitações e Contratos Administrativos**

Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade.

Princípios básicos e correlatos. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade.

Procedimento licitatório. Anulação, revogação e recursos administrativos.

Sanções e procedimento sancionatório.

Crimes em licitações e contratos administrativos.

Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021.

Contrato administrativo. Conceito, principais características e espécies. Formalização, execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação, alteração e extinção. Revisão e rescisão.

Convênios.

Lei nº 10.520/2002 (Pregão).

## **Regime Público Geral e Regime Complementar de Previdência**

Seguridade Social na Constituição Federal. Regimes previdenciários.

Princípios constitucionais da Previdência Social.

Regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos.

Contagem recíproca.

Compensação entre os regimes.

Lei nº 9.717/1998 e suas alterações.

Normas relativas a inativações e pensões dos servidores públicos civis.

Emendas constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005.

Regras de transição.

Lei nº 10.887/2004 e suas alterações.

Lei Complementar nº 101/2000. Regime Próprio do Estado de Goiás.

Lei Complementar estadual nº 161/2019.

Emenda Constitucional Estadual nº 65/2019.

Lei complementar estadual nº 167/2021.

Lei estadual nº 20.491/2019.

Lei Complementar estadual nº 66/2009 e alterações posteriores.

Portaria nº 885/2010-GSF.

Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Resolução 134/1994,

Resolução nº 405/2001,

Resolução Normativa 01/2001 (atos sujeitos a registro: admissão de pessoal, aposentadoria, pensão e outros),

Resolução Normativa 04/2001 (normas e procedimentos de fiscalização: inspeções e auditorias),

Resolução Normativa 11/2001 (Tomada de Contas Especial),

Resolução Normativa 001/2003,

Resolução Normativa nº 009/2012,

Resolução Normativa 11/2016 e Resolução 02/2018 e respectivas alterações destas resoluções.



## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**



aprova  
concursos

**0800 727 6282**

[www.aprovaconcursos.com.br](http://www.aprovaconcursos.com.br)

aprova